ceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto n.º 27:336

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 20.000\$, que é adicionada à verba inscrita no n.º 1) do artigo 93.º, capítulo 4.º, do orçamento respeitante ao ano económico de 1936 do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 20.000\$ na verba inscrita no n.º 2) do artigo 85.º dos citados capítulo e orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 8:578

Tendo surgido dúvidas acerca do que constitue a despesa obrigatória das câmaras municipais, a que se refere o artigo 164.º do Estatuto Judiciário (decreto n.º 15:347, de 12 de Abril de 1928), sendo necessário e urgente obviar às divergências de interpretação da referida disposição legal, das quais têm resultado perturbações nos serviços dos tribunais judiciais, e atendendo a que a expressão do referido artigo 164.º do Estatuto Judiciário «edifícios próprios e mobília necessária para o funcionamento dos tribunais judiciais e suas dependências» não pode deixar de abranger o necessário para que os tribunais possam funcionar normalmente e com o decôro e comodidades compatíveis com a sua elevada função social e complexidade e importância dos respectivos serviços, estando dela excluída, sòmente, a despesa com o expediente dos tribunais e a limpeza das respectivas instalações, para o que existem receitas próprias (tabela dos emolumentos judiciais, com a redacção do decreto-lei n.º 22:780, de 29 de Junho de 1933, artigos 176.º e § 4.º,

179.º e § 1.º, e 180.º e §§ 6.º e 7.º): manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, esclarecer que constitue despesa obrigatória das respectivas câmaras municipais a do fornecimento de água e luz para os tribunais judiciais e suas dependências, pelos sistemas mais aperfeiçoados em uso nas respectivas localidades.

Ministério da Justiça, 17 de Dezembro de 1936. — O Ministro da Justiça, *Manuel Rodrigues Júnior*.

Direcção Geral da Justiça

Decreto n.º 27:337

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Portimão.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:338

Com fundamento nas disposições do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida a quantia de 3.000\$ da verba de 67.000\$ inscrita no capítulo 6.º «Direcção Geral da Marinha», artigo 210.º «Aquisições de utilização permanente», n.º 1) «Aquisição de móveis», alínea a) «Máquinas, cartas de navegação e roteiros, etc.», do orçamento do Ministério da Marinha para o ano económico de 1936, a fim de reforçar com igual quantia a verba de 4.000\$ inscrita nos mesmos capítulo e orçamento, artigo 212.º «Material de consumo corrente», n.º 5) «Material para sondagens aerológicas».

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Junta Nacional de Exportação de Frutas

Decreto n.º 27:339

Tendo-se reconhecido que o decreto n.º 26:040, de 12 de Novembro de 1935, que regulamentou o comércio de